

‘Adiamento pode influir na inflação’

A prorrogação para 15 de março dos contratos que venceram em 17 de janeiro e que garantiam o reescalonamento das amortizações passadas e as linhas de curto prazo para o País poderá ser determinante para o comportamento das taxas inflacionárias dos próximos meses, segundo o economista Yuichi Tsukamoto: “Se o patamar continuar elevado”, diz o economista, “e se os credores levam isso em conta, o Brasil terá desvantagens. Portanto, é provável que alguns reajustes de preços administrados pelo governo sejam postergados, para forçar uma tendência declinante da inflação”.

Entretanto, o economista lembra que essa prática significa uma volta ao sistema *stop e go*, da gestão de Dornelles, em 85, “que, longe de resolver o problema, reacende a inflação posteriormente, principalmente porque a partir de abril e maio já começam as negociações salariais, o que pressupõe a volta de altas taxas”.

Para Tsukamoto, o entendimento com o comitê de bancos em Nova York representa uma boa conquista para o País, caso venha efetivamente a se concretizar: “É ótimo que o Brasil consiga reescalonar para sete anos o principal da dívida de 85 de médio e longo prazo, que mantenha até março de 87 as linhas de curto prazo e que resolva as amortizações de 86, mas é necessário ainda verificar se realmente conseguirá reduzir o spread”.

“RETROCESSO”

Embora o governo brasileiro esteja comemorando como uma grande vitória os resultados das negociações com bancos estrangeiros, fontes que mantêm contato com alguns desses mesmos bancos consideram que o acordo foi uma “vitória de Pírro”, aquém da proposta que o então presidente do banco Central, Affonso Celso Pastore, tinha praticamente fechada ao final do governo Figueiredo.

“COMPETÊNCIA”

A dívida externa brasileira não é um problema a preocupar os empresários este ano. Segundo diretores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a dívida externa não preocupa a curto prazo e está praticamente equacionada. O vice-presidente da Fiesp, Cláudio Bardella, ressaltou a “competência do novo governo” nas negociações da dívida.